



Jornal Indígena

Ano I

Jornal Indígena

Set./Out. 84

nº 2

IV Assembléia do CMPI



As Aldeias Kiriri, no sertão da Bahia, continuam sendo vítimas de ataques de assassinos pagos para expulsar os Kiriri de sua própria terra.

EDITORIAL

Álvaro Tukano

Reunião na ONU, em Genebra - Suíça.

Muitos índios, do mundo inteiro, denunciaram na ONU*, em Genebra, os abusos que os chefes brancos vêm fazendo em nossas terras. Havia índios que falavam espanhol, francês e inglês. Três índios brasileiros estiveram nesse encontro: Mário Juruna, deputado e presidente da Comissão do Índio, no Congresso Nacional; Dico Sateré, que representou os índios da região norte e Álvaro Tukano, respondendo pela UNI.

Estiveram também Alfredo viteri, índio Quicha do Equador; Evaristo Nunkuag, índio Aguaruna do Peru, dois presidentes de organizações indígenas de seus países. Outros índios da Amazônia, como Bolívia, Colômbia, Venezuela, Suriname, Guiana e Guiana Francesa não puderam comparecer. Mas, mesmo assim, a nossa delegação representou muito bem, pela primeira vez na ONU.

Quando terminou a reunião, três delegados da Coordenadoria da Bacia Amazônica* tiveram contatos políticos na Alemanha Federal, Bélgica, França, Países Baixos e Suíça para denunciar à opinião pública a situação de invasões de mineradoras, madeireiras e as petroleiras em terras indígenas.

Tiveram contato com uns deputados do Parlamento Europeu* e a imprensa, para que a Comunidade Econômica Européia* não financie os governos da Amazônia, sem que estes consultem as lideranças e nações indígenas, pois eles (os europeus) estariam cometendo os mesmos crimes contra os índios.

Assim, quando os governos quiserem explorar as riquezas minerais em terras indígenas terão que fazer acordo com os índios. Se não fizerem isso, então, não podemos aceitar.

A união entre os índios da Amazônia aconteceu porque nós nunca fomos defendidos na ONU. Os políticos não querem respeitar os nossos

direitos pela nossa terra e paz. O que os chefes brancos fazem é jogar-nos contra outros pobres. Assim, vamos conversar com os colonos, com peões e todos outros que querem defender 1 milhão de índios, de 300 e poucas tribos que vivem na Amazônia. Não deixemos que a nossa Amazônia seja retalhada pelas multinacionais. Vamos esquecer as fronteiras, porque todos nós precisamos de ar puro, mais vida e paz em nossas terras.

COORDENADORIA DAS ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS DA BACIA AMAZÔNICA:

Países membros da Coordenadoria:



Vocabulário:

O que quer

dizer cada palavra

ONU: - Organização das Nações Unidas, reúne representantes de vários governos do mundo.

Coordenadoria da Bacia Amazônica: Reúne representantes de comunidades indígenas de todos os países da Bacia Amazônica: Brasil, Peru, Bolívia, Colômbia, Equador, Venezuela, Guiana, Suriname, Guiana Francesa.

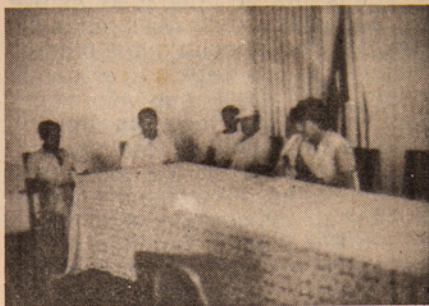
Parlamento Europeu: Onde trabalham os deputados. Onde são feitas as leis e pode ser feita denúncia contra a política das multinacionais.

Comunidade Econômica Européia: São organizações e bancos da Europa que tem muito poder e financiam projetos das multinacionais e dos governos na América Latina.

A Assembléia Indígena do Acre



Plenária da I Assembléia do Acre no mês de agosto de 1984



Mesa que estava dirigindo os trabalhos da I Assembléia do ACRE.

No começo de agosto, durante dez dias, aconteceu a "I Assembléia Indígena do Acre e sul do Amazonas", em Rio Branco, capital do Acre.

Nesta "I Assembléia" estiveram representadas mais de vinte áreas. Foi o primeiro grande encontro indígena da região.

Durante esses 10 dias foram discutidos os seguintes assuntos:

1 — Situação das áreas não demarcadas

2 — Situação de Saúde e Educação

3 — Projetos Econômicos para as áreas indígenas*

4 — Instalação da Delegacia-Funai — em Rio Branco

Na reunião sobre situação das terras, esteve presente o engenheiro **Aurio** que é funcionário da Funai e membro do Grupo de Trabalho* que prepara propostas de demarcação das terras indígenas. Sua presença foi muito importante para esclarecer as condições das terras indígenas no Acre.

Durante toda uma tarde, as lideranças estiveram reunidas em uma grande sala, onde o engenheiro Aurio teve a oportunidade de responder sobre a situação de cada área. Ficamos sabendo que das vinte e duas áreas do Acre, apenas duas estão demarcadas, faltando ainda, pa-

ra estas duas, a homologação* da demarcação e seu registro no Serviço de Patrimônio da União-SPU.

O restante das vinte áreas, está com seu processo* de demarcação ainda em fase inicial. Foram apenas reconhecidas como área de ocupação indígena. Uma ou outra já teve sua situação fundiária* levantada pela equipe técnica da Funai e In-cra. Este levantamento será o material para que a equipe faça um relatório que tem o nome de "Memorial Descritivo"* e que será a proposta de demarcação.

Somente depois que este relatório da equipe for apresentado e discutido pelo Grupo-Grupo Intermistrial, será dado início aos trabalhos de demarcação física — com trabalhadores fazendo as picadas e equipe da Funai fazendo a medição.

O Engenheiro Aurio disse que uma equipe, trabalhando durante 5 a 6 meses, levantaria a situação de todas as áreas da região, adiantando muito o processo de demarcação.

As lideranças ali presentes fizeram uma grande discussão com o engenheiro sobre a questão das indenizações* que eles próprios vêm fazendo aos ocupantes de suas áreas. Muitas áreas estão com a demarcação parada porque a Funai não tem indenizado os ocupantes.

Na reunião sobre Educação e Saúde foram feitas muitas denúncias sobre o abandono em que se encontram as comunidades indígenas. Uma funcionária da Funai, coordenadora de Educação, esteve nesta reunião e pode ouvir estas denúncias. Reconheceu que é preciso iniciar logo um trabalho de atendimento, mas disse que não conta com verbas para isso. Na área de saúde a situação é de total abandono e na mesma semana que estava sendo feita essa Assembléia, um índio morreu nos corredores do hospital em Rio Branco, segundo parentes que se encontravam na reunião, sem receber atendimento médico.

**A delegacia que
não foi instalada:**

A Funai tinha anunciado a instalação de uma Delegacia em Rio Branco, dizendo com isso, que os índios do Acre seriam melhor atendidos. Esta DR seria instalada pelo presidente Jurandy, por ocasião de sua visita.

Dia 13 de agosto, data marcada para sua chegada, mandou avisar que não podia ir e mudou a instalação da DR para o dia 16.

No dia 16 de agosto, reuniu-se com autoridades do Estado, esteve um instante com as lideranças indígenas, mas desistiu da instalação da DR. Como justificativa prática só teve uma: falta de recursos.

No pouco tempo que esteve com os índios, recebeu um documento onde estavam as propostas das lideranças. Este documento propõe a demissão* de quase todos os funcionários que trabalham na Ajacre. Os funcionários tiveram seus nomes e cargos indicados neste documento, na frente dos nomes, denúncias sobre as malandragens de cada um, desde abuso de poder até desvio de verbas foi denunciado. Esperamos que a direção da Funai não jogue, simplesmente, este documento no lixo.

Como conquista mesmo deste movimento e Assembléia, os índios — com a ocupação da Ajacre — conseguiram botar para fora o Dimas ex-chefe da Ajudância.

O encontro não teve todo o resultado esperado, a maioria das reivindicações sequer foram consideradas. A desculpa de falta de verba barrava toda e qualquer proposta.

Falta dinheiro no Acre:

O novo chefe da Ajacre é José Meirelles e foi indicado pelas lideranças indígenas, só que a dívida da administração anterior está impedindo que ele inicie os trabalhos. Até a Casa do Índio, em Rio Branco, está ameaçada de ser fechada por falta de verba.

Diante desta situação, os índios, que já vêm indenizando aos ocupantes de suas terras para que saiam e as áreas fiquem liberadas para demarcação, foram convocados agora para pagar as dívidas que a Ajacre fez na praça. Afinal de contas, para que serve a Ajacre?

VOCABULÁRIO: O que quer dizer cada palavra

Demissão: É quando um funcionário da Funai, que não presta para trabalhar com a comunidade indígena, é mandado embora pelos índios e a Funai tem que tirar ele do posto ou delegacia onde trabalha.

Projetos Econômicos: Quando a Funai separa algum dinheiro para que uma comunidade faça roças, no caso do Acre seria apoiar a produção e venda da seringa.

Grupo de Trabalho: Uma equipe, formada por engenheiro, antropólogo e técnicos que visitam as áreas.

Homologação: Última parte dos trabalhos para garantir as terras indígenas — é quando o Presidente da República e Ministro de Interior assinam decreto da demarcação.

Área de Ocupação Indígena: Primeira parte dos trabalhos da demarcação — depois é feito um relatório para apresentar a proposta ao Grupo — que é presidido pela Funai.

Processo: É o trabalho que reúne cada parte dos relatórios, apresenta para as autoridades, registra a si-

tuação das terras e segue até a homologação da demarcação.

Situação fundiária: É quando a equipe da Funai e do Incra visitam a área, verificam se tem invasão e depois fazem um relatório.

Técnicos da Funai e Incra: O Incra-Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, acompanha a Funai nestas visitas para verificar se existe alguma família que recebeu documentos do Incra em terra indígena.

Memorial Descritivo: É um relatório feito por esta equipe Funai/Incra, contando a situação da área.

Indenização: Quando existe alguma invasão ou ocupação das terras indígenas é preciso retirar o ocupante. Para isso, é feito um cálculo do valor das benfeitorias-roças, casas, construções dos ocupantes, para ser feito o pagamento-indenização. O dinheiro para esta indenização, tem que ser pago pela Funai. Só que a Funai vive dizendo que não há dinheiro. Com isso, ela atraza toda a demarcação.

Reivindicações: É quando as lideranças das comunidades se reúnem com a Funai e exigem atendimento de saúde, educação, assistência para a comunidade.

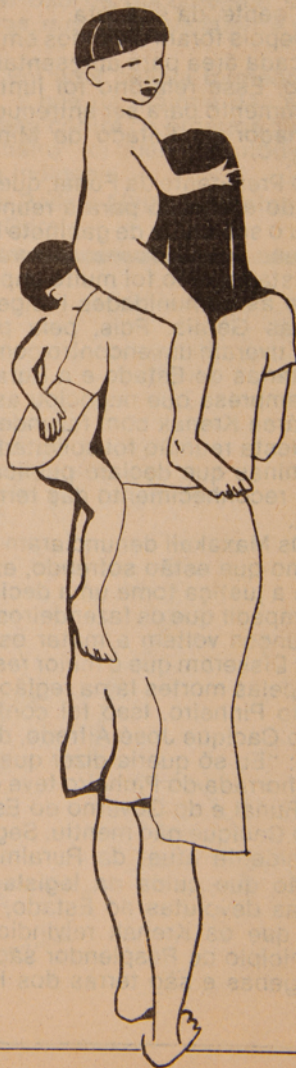
Reunião da Ação Guarani Indígena

AGUAI FAZ REUNIÃO

As comunidades Guarani do litoral de São Paulo criaram uma organização própria a AGUAI. Em sua reunião de 15 a 18 de outubro os líderes Guarani decidiram que essa organização terá como trabalho, para os próximos meses, a solução de problemas comuns a todas as aldeias do litoral paulista além de buscar uma maior participação dos Guarani nos Encontros Nacionais e trabalhos da União das Nações Indígenas.

A AGUAI — Ação Guarani Indígena terá todo o apoio das outras regionais da UNI, além da solidariedade de todos os povos indígenas.

Todo apoio a AGUAI nesse trabalho de organização e mobilização das comunidades Guarani. Os companheiros Altino — presidente, Manoel Werá vice-presidente, contam com o apoio dos caciques e membros das comunidades nesta tarefa. Vamos em frente que há muito trabalho para ser feito. Parabéns para os companheiros Guarani.



DESENHO: MARIA CAROLINA

I Congresso Indígena Mineiro

A reunião das comunidades indígenas do estado de Minas Gerais, que teve o nome de "I Congresso Indígena Mineiro", contou com a participação de mais de 60 representantes indígenas.

Veio gente das áreas Maxakali — de Pradinho e Água Boa; Xakriabá; Krenak — de Resplendor; Pataxó — da Fazenda Guarani.

Esta reunião durou 02 dias e foi realizada lá em Belo Horizonte, capital do estado de Minas Gerais.

No primeiro dia, cada um dos representantes contou a situação de sua gente, da sua luta.

Depois foram divididos em grupos de cada área para apresentar o relatório. Esse relatório foi juntado no documento para ser entregue ao governador do Estado de Minas Gerais.

O Presidente da Funai, que estava sendo esperado para a reunião, enviou o seu chefe de gabinete Marcos Terena.

Esta reunião foi muito importante para as comunidades indígenas de Minas Gerais. Pois, pela primeira vez, tiveram um encontro com as Secretarias de Estado e a Ruralminas — empresa que negociou as terras da área Krenak com fazendeiros.

Nesta reunião foi solicitado à Ruralminas que declare publicamente seu reconhecimento das terras Krenak.

Os Maxakali denunciaram o terrorismo que estão sofrendo, exigiram que a justiça tome uma decisão para impedir que os fazendeiros e seus jagunços voltem a matar os parentes. Disseram que o maior responsável pelas mortes lá na região é o capitão Pinheiro. Isso foi confirmado pelo Cacique José Alfredo, dos Krenak: "Eu só queria dizer que toda a cachorrada do Pinheiro teve o apoio da Funai e do Governo do Estado".

O Cacique não mentiu. Segundo o presidente atual da Ruralminas, o órgão que cuida da **legislação** de terras devolutas no Estado, as terras que os Krenak reivindicam no município de Resplendor são terras indígenas e são terras dos Krenak.



Este livro foi feito pela comunidade Maxakali, com apoio de companheiros e pode ser solicitado a C.P. 84 - Cep: 39.000 - Teófilo Otoni, MG. - contam sua luta e dizem como pensam fazer para viver em paz.

Estas terras foram **usurpadas** pelas antigas administrações da Ruralminas, que deram **títulos** aos fazendeiros. Isso do "dia para a noite", segundo o atual presidente da Ruralminas.

O Capitão Pinheiro é muito conhecido na região, pois ele foi o criador da famosa "guarda indígena", a **GRIN**, implantada em comum acordo entre a Funai e Governo do Estado junto às reservas indígenas. Este "capitão Pinheiro", hoje, é major reformado da **PMMG** e foi chefe de Ajudância do antigo Serviço de Proteção ao Índio em Minas Gerais.

Além das denúncias feitas pelos Krenak e Maxakali, os Xakriabá, que vivem na região de Itacarambi, exigiram que seja dada assistência pela Funai às aldeias que estão com falta de água. Os Xakriabá querem que suas terras sejam registradas no Serviço de Patrimônio da União e no Cartório.

Depois desta reunião em Belo Horizonte, o povo Krenak decidiu retomar uma área que estava sendo ocupada por fazenda. Esta terra é do povo Krenak e está invadida há muito tempo pelos fazendeiros.

Ficaram durante 30 dias na área retomada, mas o fazendeiro recorreu na justiça e teve ganho de causa. Por ordem da justiça, a polícia foi lá na área, para retirar os Krenak.

Esta medida, retirando os Krenak de sua própria terra, em favor de fazendeiro, é contra tudo o que foi dito pelo Secretário do Trabalho, que esteve na reunião em Belo Horizonte. Vejam o que o secretário Ronan Tito disse: "os Krenak foram expulsos de suas terras, por força de uma titulação ilegal feita pela Ruralminas".

As autoridades do Estado de Minas Gerais estão sabendo do direito que o povo Krenak tem, agora têm o dever de garantir este direito.

As terras do povo Krenak foram documentadas em 1920 pelo presidente Arthur Bernardes — em nome do povo Krenak, com um total de 4.000 hectares. Ho-

je está invadida por fazendas, todas possuem títulos de propriedade, que lhes foram entregues pela Ruralminas — empresa do governo do estado de Minas Gerais.

VOCABULÁRIO: O que quer dizer cada palavra

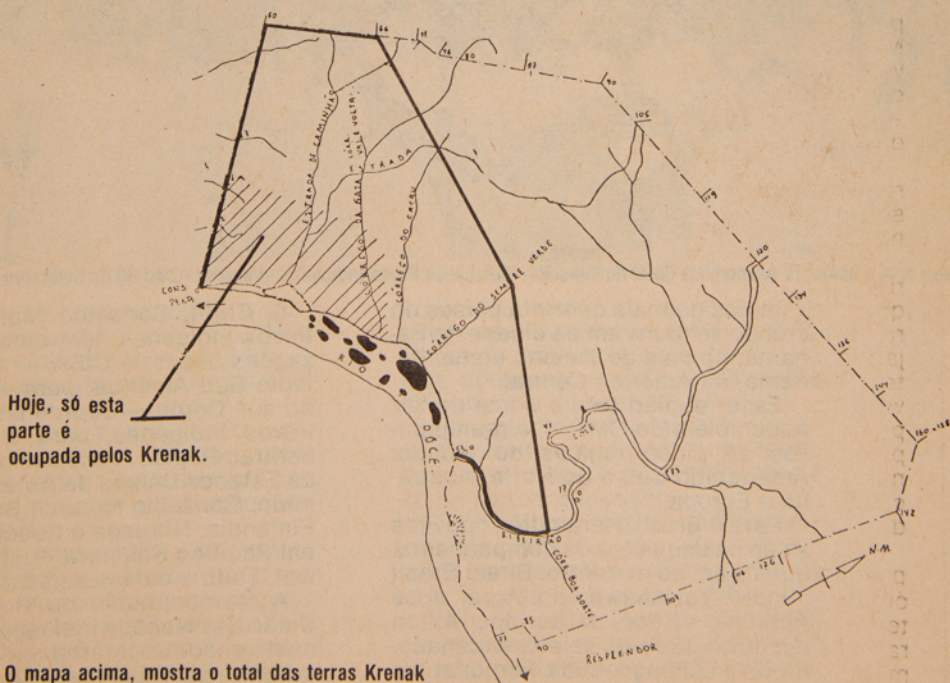
Legislação: as leis que garantem os direitos das pessoas. O Estatuto do Índio é a legislação sobre os direitos indígenas.

Usurpadas: E a mesma coisa que roubadas. Quando a Ruralminas deu documentos das terras para os fazendeiros, estava roubando dos Krenak.

Titulos: São os documentos sobre as terras, que dizem de quem é a terra.

GRIN: Foi uma polícia formada por índios, e que na maioria das vezes era usada contra os próprios índios. O "Pinheiro" foi quem inventou essa polícia indígena.

PMMG: Polícia Militar do Estado de Minas Gerais.



O mapa acima, mostra o total das terras Krenak pelo risco mais fino. O traço mais grosso é a área proposta para uma acordo com as autoridades.